

60 anos do Golpe de 1964: entre passados presentes e futuros possíveis

*60 Years Since the 1964 Coup: Between
Present Pasts and Possible Futures*

Passados 60 anos desde a deflagração do Golpe de 1964, o debate sobre a Ditadura Militar brasileira permanece relevante e urgente. Em resposta a essa demanda, a *Revista Brasileira de História* lança o dossiê “Há 60 anos de 1964: outras abordagens, objetos e experiências”, que propõe uma reflexão aprofundada sobre as múltiplas nuances do período, incluindo aspectos até então pouco explorados. Para enriquecer a discussão, o dossiê abriu espaço para pesquisadores de fora dos centros de pesquisa consolidados sobre o tema, que ofereceram novas perspectivas sobre a ditadura, trazendo abordagens que ampliam a compreensão do período.

Talvez nunca tenhamos discutido tanto este episódio da nossa história. Não apenas em 2024, mas desde 2010, quando Dilma Rousseff, ex-presa política do regime militar, foi eleita presidenta. A partir desse momento, o Golpe de 1964 e a Ditadura Militar passaram a ser recorrentemente evocados na esfera pública. Em 2012, com a criação tardia da Comissão Nacional da Verdade, e em 2014, nos 50 anos do golpe, o tema ganhou ainda mais visibilidade. A eleição de Jair Bolsonaro, militar e político de extrema direita que manifesta abertamente sua defesa desse período, intensificou essa discussão. Sua ascensão à presidência, logo após a destituição de uma ex-militante e presa política do regime de 1964 por um golpe civil-midiático, simbolizou uma transformação dramática na configuração política do país. Em menos de uma década, esses eventos reacenderam debates sobre o regime militar em diversos âmbitos, ampliando a necessidade de revisitar e refletir criticamente sobre esse período.

A complexidade desse contexto aumentou com a consolidação das

redes sociodigitais, especialmente a partir de 2016, quando a ideia de pós-verdade se tornou amplamente difundida, introduzindo desafios significativos nos processos de produção e circulação de notícias e informações. Esse fenômeno impactou profundamente o debate público, tornando algumas questões históricas alvos recorrentes de intensas disputas no ambiente digital. A extrema direita, fortalecida nesse cenário, passou a reivindicar protagonismo e a moldar narrativas sobre determinados episódios, buscando reconfigurar interpretações e mobilizar públicos específicos em torno de suas versões dos fatos.

Como esperado, a Ditadura Militar brasileira tem sido objeto de uma intensa disputa de sentidos nas mais variadas plataformas. Nesse contexto, representações reacionárias do período, além de discursos de abrandamento e negacionismo, ganharam espaço significativo na sociedade. Rodrigo Patto sugere que a persistente dificuldade do Brasil em lidar com seu passado ditatorial resulta em uma sombra antidemocrática que atravessa o presente. A dificuldade em constituirmos uma memória histórica complexa e crítica sobre a ditadura, somada à incompleta implementação da justiça de transição e impunidade dos crimes de tortura e assassinato, contribuíram para o enraizamento de um esquecimento institucionalizado. A Lei da Anistia, concebida como uma medida de reconciliação, acabou por reforçar essa amnésia coletiva, ao impedir responsabilizações e permitir que forças autoritárias se mantivessem socialmente legitimadas. Esse vazio de justiça dificultou a consolidação democrática, abrindo espaço para que interpretações distorcidas do período ressurgam e se legitimem em momentos de crise, ampliando o risco de novos retrocessos democráticos. Deste modo, “os eventos relacionados ao golpe e à ditadura se tornaram moeda corrente no debate público recente, servindo de baliza para orientar os projetos políticos em conflito, e não apenas no campo eleitoral.” (Motta, 2021, p. 6).

Incrivelmente, na última década, testemunhamos a tentativa orquestrada de dois golpes de Estado. O primeiro, em 2016, resultou na destituição bem-sucedida da ex-presidenta Dilma Rousseff, conduzido sob a aparência de legalidade institucional, com grande envolvimento da mídia, de setores empresariais e do Judiciário. O segundo, quase efetivado em 8 de janeiro de 2023, manifestou-se em uma ação de violência sem precedentes, culminando na destruição dos prédios dos três poderes em Brasília. As investigações subsequentes, incluindo depoimentos de ex-comandantes do Exército e da Aero-

náutica, demonstraram que o Brasil esteve, mais uma vez, à beira de uma ruptura institucional:

Segundo a Polícia Federal, a estratégia golpista passava por três fases: atuar com desinformação para minar a confiança dos cidadãos no sistema eleitoral; trabalhar para que a ideia de ruptura fosse abraçada por completo pelas Forças Armadas; e decretar estado de defesa ou de sítio, com prisão de desafetos (Rodrigues, 2024).

Essas questões demonstram a urgência de enfrentarmos de forma mais incisiva os traumas do passado ditatorial. A ausência de um debate público comprometido com a reflexão histórica contribuiu para que discursos negacionistas e reacionários encontrassem ressonância na sociedade brasileira, o que representa um desafio contínuo.

Como chama a atenção Márcio Seligmann-Silva (2022, p. 215), apesar de termos democratizado “muitas informações sobre o período da ditadura que antes eram restritas ao grupo de pesquisadores especialistas, não se deu com ela a esperada virada mnemônica no sentido da implementação de um estado de direito calcado nos direitos humanos”. Para superar essa instabilidade e consolidar valores democráticos, é fundamental promover uma educação histórica crítica, fortalecer as instituições de memória, atuar para a sensibilização constante sobre crimes e atitudes autoritárias para garantirmos que episódios de ruptura não sejam tratados com indiferença ou leniência. O futuro dessa temática passa pela construção de uma memória que não apenas reconheça os investimentos autoritários do passado para o presente, mas que também resista às interpretações distorcidas e abusivas, promovendo, assim, uma sociedade mais consciente e atenta.

Sônia Meneses

Editora da Revista Brasileira de História
Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato, CE, Brasil
Departamento de História
sonia.meneses@urca.br <<https://orcid.org/0000-0001-5099-0530>>

REFERÊNCIAS

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. [Edição do Kindle]

RODRIGUES, Leonardo. Os detalhes da trama do golpe, segundo dois ex-chefes militares. 15 mar. 2024. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2024/03/15/depoimentos-comandantes-trama-golpe-bolsonaro>. Acesso em: 30 out. 2024.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Editora Unicamp, 2022.

